

Estudo das prescrições de psicotrópicos em uma farmácia da cidade de Sobral, Ceará, Brasil

Psychotropic prescriptions in a pharmacy at Sobral, Ceará, Brazil

Recebido em: 05/08/2016

Aceito em: 01/02/2017

George Muniz Portela da COSTA¹; Maria Auxiliadora Silva OLIVEIRA²
¹Grupo Farmácias ExtraFarma. R. Cel. Diogo Gomes, 851 - Alto da Brasília, Sobral - CE, 62010-150, Brasil. ²Instituto Superior de Teologia aplicada – INTA. R. Cel. Antonio Rodrigues Magalhães, Bairro D. Expedito Lopes, 359, Sobral – CE, Brasil. E-mail: ecobio@zipmail.com.br

ABSTRACT

This study aimed to outline the profile of psychotropic prescriptions in community pharmacy in the city of Sobral, CE. The work was carried out as a quantitative field research that had, as instrument, notifications of prescriptions collected from January to June 2014. A total of 1.637 reports of revenues were analyzed, according to: type of prescription, therapeutic class, patient gender, medical specialty, psychotropic medication typology, and the completion of the notifications revenue by health professionals. The gender that made more use of this drug type was female (65%). The most numerous revenue notification was the type C1 (52%). The most prescribed therapeutical class was antidepressant (32.13%). The reference medicines were the most prescribed (71%). The medical specialty that most prescribed was the General Clinical (38.76%). The main observed error was the name of the drug in disagreement with the DCB (Brazilian Common Denomination) in 79% of prescriptions. Some users are encouraged to use psychotropic medications due to pleasurable responses induced by psychoactive substances, characterized by feelings of euphoria and momentary emotional satisfaction, and, in the search for renewal of these sensations, these patients become drug dependent. The results exposed the fragility in the process of prescribing and dispensing psychotropic drugs, besides the unpreparedness of health professionals, who prescribe medications and dispense them, often revealing irresponsibility in the exercise of their professional activity.

Keywords: profile; requirements; psychotropic drugs.

RESUMO

O presente estudo teve como finalidade traçar o perfil das prescrições de psicotrópicos em farmácia comunitária no município de Sobral, CE. Para elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo quantitativa, que teve como instrumento as notificações dos receituários coletados no período de janeiro a junho de 2014, onde foram analisadas 1.637 notificações de receitas, observando os seguintes aspectos: tipo de receituário, classe terapêutica que apresentava maior dispensação, gênero do paciente, especialidade médica que mais prescreveu psicotrópicos, a tipologia mais prescrita de medicamento psicotrópico, e preenchimento correto das notificações de receitas pelos profissionais de saúde. Os principais erros observados foram: nome do medicamento em desacordo com a DCB (Denominação Comum Brasileira) em 79% das prescrições. O gênero que mais fez uso desse tipo de fármaco foi o feminino (65%). A notificação de receita mais numerosa foi da classe C1 (52%). A classe de medicamento mais prescrita foi de antidepressivos (32,13%). Os medicamentos de referência foram os mais prescritos (71%). A especialidade médica que mais prescreveu foi Clínica Geral (38,76%). Os resultados expõem a fragilidade no processo de prescrição e dispensação dos medicamentos psicotrópicos, além de evidenciar o despreparo dos profissionais de saúde, que prescrevem os medicamentos e os dispensam, revelando muitas vezes irresponsabilidade no exercício de sua atividade profissional.

Palavras-chave: prescrições; psicofármacos, farmácia.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950, a utilização de medicamentos com eficiência comprovada no tratamento de distúrbios psiquiátricos passou a ser disseminada. O sofrimento decorrente de transtornos psicológicos e de dificuldades sociais provenientes do uso de drogas ou álcool vem atingindo cerca de 500 milhões de pessoas em todo mundo. Neste contexto, a indicação de medicamentos psicotrópicos, que são amplamente usados na medicina clínica, vem crescendo, acompanhada dos riscos de problemas gerados pelo uso desses psicofármacos (1). Embora seja indiscutível o benefício relacionado à utilização desse tipo de medicamento como modalidade terapêutica, com a grande popularização dos mesmos surgiram questionamentos referentes à real necessidade de sua utilização (2).

O termo psicotrópico é composto por duas palavras: *psico* que está relacionada com o nosso psiquismo (o que sentimos, passamos e fazemos, ou seja, o que cada um é) e *tropico*, que está diretamente relacionada a tropismo, que significa “atração por”. Logo, psicotrópico significa atração pelo psiquismo, e as drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o nosso cérebro, fazendo com que de alguma maneira altere o nosso psiquismo (3).

Os medicamentos psicotrópicos estão sendo prescritos de maneira excessiva pelos médicos, fazendo com que ocorra a prescrição indiscriminada, apesar de o tratamento de transtornos mentais ser o principal objetivo de sua utilização. Esses medicamentos devem ser dispensados por meio de receituários de controle especial regulamentados pela Portaria 344/98, da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) (4).

Essa classe de medicamentos atua alterando as comunicações entre os neurônios, que são recebidas por meio de estímulos que são processados pelo sistema nervoso central (SNC). Esses processos ocorrem em milésimos de segundos e se repetem milhares de vezes durante o dia, podendo produzir diversos efeitos que variam de acordo com o tipo de neurotransmissor envolvido e o mecanismo de ação do fármaco (5).

As interações medicamentosas entre essa classe de fármacos estão cada vez evidentes, devido à administração simultânea com outros medicamentos, bebidas e alimentos. Essas interações medicamentosas podem ser desejáveis ou indesejáveis. As interações desejáveis ocorrem quando os fármacos conseguem tratar as patologias concomitantemente, aumentando a eficácia e reduzindo os efeitos adversos. As interações indesejáveis são aquelas que causam a redução da eficácia do fármaco e poderá levar a resultado contrário ao esperado (6).

O uso contínuo dos psicotrópicos poderá causar dependências físicas e/ou psíquicas. Esse tipo de depen-

dência faz com que haja uma procura compulsiva pelo medicamento, desenvolvendo o vício, que irá afetar a vida pessoal e social do indivíduo. Pode também causar a degeneração de determinadas espécies celulares caso haja a automedicação em doses excessivas, causando assim uma lesão irreversível (7).

A população, ao consumir os psicotrópicos, percebe os efeitos desejáveis que são: alívio da dor, euforia, desinibição e promoção do sono, levando, assim, ao seu uso indiscriminado, que tem sido considerado um grave problema por profissionais e autoridades sanitárias, devido aos sérios prejuízos que esta prática está causando à população. As consequências do uso abusivo desses fármacos podem ser definidas em termos tanto fisiológico como psicológico (7).

Diante da seriedade da manipulação e comercialização das substâncias psicotrópicas, este trabalho tem como objetivo traçar o perfil das prescrições de psicotrópicos que foram aviadadas em uma farmácia comunitária da cidade de Sobral, CE, sentido de sensibilizar os profissionais da saúde quanto à importância da legibilidade da prescrição para a dispensação e administração, além de mensurar a realidade do uso desse tipo de medicamento com a população.

MATERIAL E MÉTODO

Essa pesquisa é descritiva e retrospectiva, de análise quantitativa e condensação dos dados por meio de estatística descritiva, tomando como fonte de informação as prescrições de psicotrópicos dispensadas em uma farmácia comunitária do município de Sobral, CE. Foram usadas como critério de inclusão as receitas de psicotrópicos dispensadas no período de janeiro a junho de 2014. Foram usadas, como critérios de exclusão, as receitas que não foram de psicotrópicos e aquelas que não corresponderam ao período da pesquisa.

As variáveis analisadas foram: o perfil dos consumidores de psicotrópicos (referente ao gênero), os tipos de psicotrópicos mais comercializados, a classe terapêutica que teve maior dispensação, a classe médica que mais prescreveu psicotrópico, qual tipologia foi mais dispensada (medicamento de referência ou genérico) e possíveis erros na prescrição.

Os resultados foram tabulados, considerando as informações e suas especificidades, em tabelas, visto que a pesquisa foi quantitativa, e os dados consolidados foram organizados no programa Microsoft Excel 2007. Os resultados foram expressos como frequência absoluta (n) e frequência relativa (%).

O projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e submetido ao Núcleo de Ensino e Pesquisa de Sobral (NEPS), Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo Se-

res Humanos (CEP), da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, juntamente com a Carta de Anuência tendo sido aprovado com número de parecer 1.143.320.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados estão relacionados ao levantamento ocorrido nos meses de janeiro de 2014 a junho de 2014, onde foram analisadas 1.637 receitas e notificações de receitas correspondentes à comercialização de medicamentos psicotrópicos, sendo que destas, as mais prescritas foram do Tipo C1 com 851 (52%) do total (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição dos tipos de notificações de receita de uma farmácia comercial no município de Sobral, CE.

Tipo de notificação de receita	n	%
A	29	02
B1	560	34
B2	101	06
C1	851	52
C2	96	06

A ausência de outros tipos de notificações na farmácia objeto do estudo estava relacionada, de acordo

Tabela 2: Distribuição dos usuários, segundo o gênero e o tipo de notificação de consumidores de fármacos psicotrópicos analisadas em receitas dispensadas em uma farmácia comunitária no município de Sobral/CE.

Notificação da receita	Mulheres		Homens	
	n	%	n	%
N A	20	1,22	09	0,54
N B1	360	21,99	200	12,21
N B2	61	3,72	40	2,47
R C1	563	34,41	288	17,59
N C2	60	3,66	36	2,19

N: notificação; R: receita; Fem.: feminino; Masc.: masculino

Um trabalho anterior mostrou que a prevalência e o padrão de consumo dos medicamentos psicotrópicos pela população de Pelotas, RS (10). Os achados sugeriram a importância do uso racional dos psicofármacos e do acompanhamento médico regular desses pacientes. Como foi observado nos dados obtidos sobre o consumo de psicotrópicos em Sobral, CE, contrariando o estudo realizado em Pelotas,RS, a tendência foi de elevado consumo, principalmente dos medicamentos contidos nos receituários C1.

No que se refere à análise das prescrições médicas usadas como fonte de estudo, compiladas as classes de medicamentos psicotrópicos prescritos aos usuários (Tabela 3).

Os medicamentos das classes dos antidepressivos foram os mais comercializados, com um total de 526

com a informação coletada, ao fato da opção de não comercializar outros fármacos psicotrópicos.

Quanto ao gênero dos usuários dos fármacos psicotrópicos dispensados nessa farmácia comunitária de Sobral, CE, o gênero masculino totalizou 573 (35%) das notificações, e foi observada uma prevalência do sexo feminino em 1.064 (65%) notificações, tendo em sua frequência em destaque principalmente na utilização de medicamentos do tipo C1 com 563 (34,41%) dos receituários. Esses dados podem ser evidenciados na Tabela 2.

Pode ser constatado que o gênero feminino apresentou um consumo maior de medicamentos psicotrópicos, mais de 60% (Tabela 2). Os resultados são compatíveis com outro estudo publicado, Torres e cols (2014), afirmando que as mulheres são mais afetadas por doenças psíquicas e também são as que possuem maior consciência quando à necessidade de tratamento de sua patologia, causando assim uma exorbitância no consumo de medicamentos psicotrópicos (8).

O aumento de consumo de psicofármacos entre as mulheres foi citado por Loyola-Filho (2006) que afirmou ser a mulher mais perceptiva em relação à sintomatologia das doenças, e, por isso, procura mais cedo por ajuda e apresenta menor resistência ao uso de medicamentos prescritos do que os homens (9).

(32,13%) das prescrições. O grande índice encontrado para a comercialização desses medicamentos no presente estudo confirma os dados disponibilizados pela Anvisa no Mapa Interativo Farmacoepidemiológico nos anos de 2009 a 2011, onde foi feito o levantamento dos cinco principais princípios ativos em formulações industrializadas mais consumidas da portaria SVS/MS nº 344/98 no Estado do Ceará, e comprova que os antidepressivos ocupam as primeiras posições no Estado em análise (11)

Os ansiolíticos estão entre os fármacos mais consumidos no mundo, devido ao seu notório efeito nos tratamentos (4). De acordo com os achados no presente estudo, os ansiolíticos também estão no topo da lista de comercialização ocupando o segundo lugar (Tabela 3).

Os benzodiazepínicos são os medicamentos escolhidos para o tratamento da ansiedade aguda e da agitação. Diante do risco da dependência psicológica, a utilização em longo prazo dessa classe deve ser monitorada cuidadosamente (12).

Os benzodiazepínicos são considerados, os sedativo-hipnóticos de escolha, e estão entre os fármacos mais prescritos e utilizados em todo o mundo. O elevado índice de prescrições desta classe, encontrado nesta pesquisa, confirma a teoria de que estes são responsáveis por cerca de 50% de todas as prescrições de psicotrópicos (8).

Com relação ao tipo de medicamentos, genérico ou de referência (de marca), mais comercializados na farmácia onde ocorreu o estudo, foi evidenciado que a comercialização de medicamentos genéricos referiu-se a 481 prescrições (29%), enquanto os medicamentos “de marca” foram encontrados em 1.156 das prescrições avaliadas (71%).

Os resultados encontrados são compatíveis com um trabalho anterior, no qual foram avaliados os receituários de psicofármacos, onde 31% das prescrições foram preenchidas pelo nome genérico e 69% pelo nome comercial (de marca) (13). Tal resultado pode ser devido ao domínio que as empresas farmacêuticas têm sobre a sociedade, e pelo desrespeito, por parte da classe médica, quanto ao cumprimento da legislação que obriga a prescrição de fármacos segundo a D.C.B (Denominação Comum Brasileira) (4).

De acordo com a resolução de nº 357/11 do Conselho Federal de Farmácia, os medicamentos prescritos pelo nome de referência (marca) podem ser substituídos pelo medicamento genérico, que apresente o mesmo princípio ativo e que o paciente esteja de acordo com a intercambialidade. Os resultados mostraram que a população tem maior preferência pelos medicamentos de referência (marca) mesmo que apresentem, em geral, um custo comercial mais elevado (14).

Tabela 3: Distribuição percentual das classes terapêuticas de psicotrópicos encontrados nas prescrições médicas comercializados em uma farmácia comunitária no município de Sobral, CE.

Classe terapêutica	Notificações	
	n	%
Antidepressivos	526	32,13
Ansiolíticos	378	23,09
Antiepiléticos	230	14,05
Antipsicóticos	106	6,47
Hipnóticos	45	2,74
Anticonvulsivantes	77	4,70
Antiparkinsoniano	18	1,09
Opioides	56	3,42
Antiobesidade	101	6,16
Antiacneico	96	5,86
Psicoestimulantes	04	0,29
Total	1.637	100

Deve ser ressaltada a importância da reflexão do profissional prescritor em respeitar as normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), que recomenda que todas as receitas devem ser preenchidas com o nome genérico do medicamento (15).

Os medicamentos genéricos, de acordo com a lei 9.787/99, têm como finalidade apresentar à população uma melhor oferta no mercado farmacêutico, viabilizando o acesso ao tratamento, trazendo melhorias no padrão de qualidade e diminuindo os preços, principalmente para as populações mais carentes (16).

Na Tabela 4, por meio da averiguação das notificações de receitas no estabelecimento em estudo, podem ser observadas as principais especialidades de profissio-

nais que prescreveram os medicamentos psicotrópicos no período avaliado.

O uso irracional de medicamentos psicotrópicos há muito ultrapassou a área de especialidade dos psiquiatras e se transformou num problema de saúde pública. Têm sido constatadas enormes distorções nas prescrições dos diferentes psicotrópicos feitas pelas mais diferentes especialidades médicas (16).

Entre as prescrições observadas, a Clínica Geral foi a especialidade que mais prescreveu, seguida pela Psiquiatria e pela Dermatologia. Os usuários procuram os medicamentos primeiramente na farmácia pública. Falando a medicação no serviço público, caso a situação financeira permita, procuram as drogarias privadas (9)

Tabela 4: Especialidade dos prescritores de medicamentos psicotrópicos de acordo com as prescrições aviadas em uma farmácia comunitária no município de Sobral, CE.

Especialidade	n	%
Clínico geral	639	38,76
Psiquiatra	308	19,42
Dermatologista	216	13,02
Neurologista	142	8,67
Cardiologista	72	4,39
Médico da família	40	2,43
Ginecologista	36	2,19
Oftalmologista/ Otorrinolaringologista/ Odontólogo	27	1,62
Urologista/ Nefrologista	17	1,02
Infectologista/ Oncologista/Hematologista	15	0,9
Outras especialidades*	25	1,32

*Pediatria, Endocrinologista, Ultrassonografista

O Clínico Geral é o profissional mais atuante em saúde mental não só no Brasil, mas também na Inglaterra, EUA, e Canadá. O paciente apresenta, em geral, suas queixas por meio de um sintoma orgânico, pois acredita que o médico tem a expectativa de ouvir uma queixa somática. Um clínico não preparado tem mais dificuldades em diagnosticar um transtorno mental, quando mascarado pelas queixas somáticas. Isto poderia refletir, em parte, o consumo indiscriminado destes fármacos de controle especial (17).

Em um trabalho anterior, os autores afirmaram que a maioria das prescrições de psicotrópicos foi emitida por médicos sem especialidade declarada (31,39%); e das prescrições com especialidade identificada, os Clínicos Gerais (20,53%) e Neurologistas (10,8%), foram os que mais prescreveram, seguidos por Ginecologistas (8,93%)

e Psiquiatras (7,10%) (8). No presente trabalho, os Ginecologistas também foram responsáveis por prescrições, embora com percentual inferior (2,19%) ao citado pelos autores acima. Segundo autores os índices significativos de prescrições por Ginecologistas, podem estar ligados a casos de ansiedade e depressão pós-parto (8).

Os Neurologistas também estiveram presentes nas prescrições analisadas, com um total de 8,67%. Esperava-se que especialistas como Psiquiatras e Neurologistas apresentassem um perfil de prescrição diferenciado, uma vez que estes deveriam conhecer mais profundamente as propriedades farmacológicas dos psicotrópicos e os riscos inerentes a sua utilização (18).

A Tabela 5 mostra o levantamento dos dados de acordo com o cumprimento da legislação no preenchimento das notificações.

Tabela 5: Cumprimento da legislação (Portaria 344/98) no preenchimento de notificações em uma farmácia comunitária no município de Sobral, CE.

Irregularidade	n	%
Nome em desacordo com a D. C. B.	79	4,82
Ilegibilidade	27	1,64
Ausência de dados na identificação do usuário	05	0,30
Ausência da assinatura e/ou CRM	04	0,24
Ausência de dados da identificação do emitente	02	0,12
Com rasura	01	0,06

D.C.B.: denominação comum brasileira

A receita médica representa a tradução, por escrito, da ordem médica, permitindo ao paciente obter o medicamento e, muitas vezes, lembrá-lo das instruções para o tratamento. Mesmo considerando a particularidade de representar, antes de tudo, a vontade do prescritor, a receita é um documento legal devendo, portanto, obedecer à legislação específica (17)

Com relação ao cumprimento da legislação sanitária,

resultados semelhantes foram encontrados por outros autores, como a ausência da correta identificação do consumidor; no entanto, outras irregularidades também foram constatadas, como é o caso da ilegibilidade da forma farmacêutica, da dosagem e da posologia (14). A ilegibilidade (1,74%) e a ausência da identificação do consumidor (0,30%) também foram erros de prescrições encontradas na presente pesquisa, conforme Tabela 5.

Silvério e Leite (2010) teorizaram sobre a adversidade imposta ao paciente devido à ausência de informação nas prescrições destinadas a estes, fato que impõem a riscos à saúde do paciente (13).

Em outro estudo que tratou do mesmo objetivo da presente pesquisa, os autores encontraram que a ausência do endereço do paciente é a falha mais frequente, sendo importante ressaltar que a localização do paciente/comprador é fundamental para que seja evitada a possibilidade de fraudes na prescrição/dispensação. De acordo com a legislação vigente, tal situação pode configurar tráfico de entorpecentes (17).

É sabida que a necessidade da identificação do prescritor é de fundamental importância para uma possível localização do responsável, em casos como esclarecimento de dúvidas, por exemplo. A ausência desta informação impossibilita esse processo e consequentemente o uso racional do medicamento (19).

Em outra pesquisa realizada, também foi observada a ausência de identificação/assinatura do prescritor, evento ainda comum na prática médica, que pode interferir na qualidade do tratamento (8).

A dificuldade de legibilidade da letra do prescritor tem sido responsável por relatos de graves problemas de saúde, sendo, inclusive, classificada como falta ética pelo Art. 39 do Código de Ética Médica (20). O aviamento de prescrições nestas condições pode levar a erros de manipulação, com a possibilidade de não se atingir o efeito terapêutico desejado ou de aparecimento de reações não desejadas e, inclusive, fatais (17).

A receita médica representa o principal elo de comunicação entre médico, farmacêutico e paciente e, para que não haja falhas nesse processo, esta deve ser elaborada de acordo com critérios aceitos e padronizados (21). A legibilidade é um fator que interfere na comunicação e pode interromper ou alterar o processo de assistência ao paciente, resultando em consequências danosas para o mesmo. Sem dúvida, a escrita manual ilegível é uma reconhecida causa de erros envolvendo medicamentos (23).

O levantamento quanto ao cumprimento da legislação no preenchimento, mostrou o descaso do profissional da saúde ao preencher as notificações de receitas, e dos Farmacêuticos, ao permitirem a dispensação, apesar do preenchimento incorreto das notificações. Devido a essa postura, o profissional assume o risco da ocorrência de erros na comercialização do fármaco e no momento em que o paciente for fazer o uso.

Os erros encontrados nas receitas/notificações analisadas configuram importante resultado, visto que indicam a necessidade de intensificação dos processos de fiscalização sanitária (17).

Os resultados evidenciaram a falta de cumprimento da legislação vigente, referente aos medicamentos de regime especial de controle, tanto por parte dos prescritores, quanto das farmácias. Para que haja possibilidade de alteração neste quadro, é necessário que os órgãos de fiscalização sejam mais efetivos, com a realização de investimentos financeiros na contratação, formação e capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo. Esta capacitação deve ser estendida aos prescritores, permitindo-lhes a atualização de informações por fonte neutra e fidedigna (17).

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou resultados relevantes no tocante à dispensação de fármacos psicoativos em uma farmácia de grande porte do município de Sobral, CE. Por meio da análise das notificações de psicotrópicos pode ser conhecido o perfil dos consumidores de acordo com o gênero; os principais prescritores; a classe de psicotrópicos mais dispensados; os princípios ativos mais utilizados; a relação entre a venda de medicamentos de referência (marca) e genérico; além dos principais erros cometidos por prescritores no momento do preenchimento das notificações.

Com relação ao gênero dos consumidores, as mulheres apresentaram maior frequência no consumo de medicamentos psicotrópicos. Quanto à classe médica que mais prescreveu, os Clínicos Geral, Psiquiatras e Dermatologistas foram os mais prevalentes, com destaque no número de prescrições. Outro tópico que merece ênfase foi quanto ao descaso no preenchimento das notificações de receitas pelos profissionais da área da saúde.

Pode ser percebido que os resultados encontrados foram semelhantes e estão dentro dos padrões de levantamento observando em outros estudos sobre o mesmo tópico. Os achados expõem a fragilidade no processo de prescrição e dispensação dos medicamentos psicotrópicos, além de evidenciar o despreparo dos profissionais de saúde, que prescrevem os medicamentos e os dispensam, revelando, muitas vezes, irresponsabilidade no exercício de sua atividade profissional.

Dessa maneira, é possível iniciar uma reflexão quanto à necessidade de uma maior fiscalização quanto à prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos no município de Sobral, CE, com o intuito de garantir a qualidade do serviço prestado na saúde do município e, consequentemente, preservar a saúde da população local.

REFERÊNCIAS

1. Forte EB. Perfil de Consumo dos Medicamentos Psicotrópicos de Caucaia. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: Escola de Saúde Pública; 2007.
2. Borges TL, Miasso AI, Vedana KGG, Teles Filho PCP, Hegadoren KM. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. *Acta Paul Enfer.* 2015; 28(4):344-349. DOI: 10.1590/19820194201500058.
3. CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Livro informativo sobre drogas psicotrópicas. São Paulo: Unifesp, 2003.
4. Firmo WCA, Paredes AO, Cunha CLF, Torres AG, Buccini DF. Análise das prescrições médicas de psicotrópicos de uma farmácia comercial no município de Bacabal, Maranhão. *J Manag Primary Health Care.* 2013; 4 (1):10-18.
5. Canesin R, Machado JAC, Oliveira AC, Antônio NC, Rocha JR, Biazotto G. Psicotrópicos: revisão de literatura. *Rev Cient Eletrônica de Med Vet.* 2008; 6 (11): 41-47.
6. Ribeiro DF, Lima CEKN. Possíveis interações farmacológicas entre psicotrópicos e a politerapia realizada por pacientes adultos da cidade de Anápolis, Goiás. (Trabalho de Conclusão de Curso). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas. Curso de Farmácia; 2011.
7. Silva DMC. Avaliação do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Pacatuba. (Trabalho de Conclusão de Curso). Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará. Curso de Especialização em Assistência Farmacêutica; 2009.
8. Torres MLD, Sousa LMG de, Melo GC, Magalhães Júnior AA, Firmo WCA. Prescrição de psicotrópicos e especialidade médica: estudo em uma farmácia comercial no município do maranhão. *Reva Cient ITPAC, Araguaína.* 2014; 7 (4).
9. Loyola-Filho A. Consumo de medicamentos entre idosos residentes em comunidades: um estudo epidemiológico baseado no projeto Bambuí e no inquérito de saúde de Belo Horizonte. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2006.
10. Rodrigues MAP, Facchini LA, Lima MS. Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Rev Saúde Pública.* 2006; 1 (40): 107-114. DOI: 10.1590/S0034-89102006000100017.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível na: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/sngpc/mapainterativo/arquivos/Tabela_CE_6_1_2012.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.
12. Sadock BJ, Sadock VA. Manual Conciso de Psiquiatria Clínica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
13. Silvério MS, Leite ICG. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: Uma abordagem Farmacoepidemiológica. *Rev Assoc Med Bras.* 2010; 56 (6): 675-680. DOI: 10.1590/S0104-42302010000600016.
14. CFF. Conselho Federal de Farmácia -. Comissão de Farmácia do CFF - COMFAR. SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados). [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/5/encarte.pdf>. Acesso em setembro de 2015.
15. OMS. Como investigar el uso de medicamentos em los servicios de salud. Indicadores seleccionados del uso de medicamentos. Organización Mundial de Saúde. (DAP. 93.1): OMS, 1993. 87p.
17. Silva DMC. Avaliação do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Pacatuba. (Trabalho de Conclusão de Curso). Fortaleza: Especialização em Vigilância Sanitária Escola de Saúde Pública do Ceará; 2009.
18. Andrade MF, Andrade RCG, Santos V. Prescrição de psicotrópicos: avaliação das informações contidas em receitas e notificações. *Rev Bras Cienc Farm.* 2004; 40 (4):471-479.
19. Ferrari CKB, Brito LF, Oliveira CC, Moraes EV, Toledo OR, David FL. Falhas na prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos: Um problema de Saúde Pública. *Rev Ciênc Farm Básica Apl.* 2013; 34 (1): 109-116.
20. Sousa LMG, Torres MLD, Melo GC, Magalhães Júnior AA, Firmo WCA. Estudo de prescrições médicas de psicotrópicos de uma farmácia comercial no município de Santa Inês, Maranhão, Brasil. *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia,* 2014; 10 (19):2428-2440.
21. Conselho Federal de Medicina (CFM). Resolução CFM nº 1.246/88, de 08.01.88. Diário Oficial da União de 26 jan 1988. Acesso em: junho de 2016. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1988/1246_1988.htm
22. Aldrigue RFT, Correr CJ, Melchioris AC, Pontarolo R. Análise da Completude de Prescrições Médicas Dispensadas em uma Farmácia Comunitária de Fazenda Grande – Paraná (Brasil). *Acta Farm Bonaraense.* 2006; 25 (3): 454 – 459.
23. Miguel J. Análise das inconformidades em receitas médicas recebidas em uma farmácia do município de Balneário Gaivota-SC. (Trabalho de Conclusão de Curso). Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul Catarinense; 2010.